

Narrativas do entre-lugar

Indigenous Peoples in Transit: narratives of displacement, identity, and belonging

Lúis Felipe Cristaldo Gonçalves¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v26i55.1146>

Resumo: este artigo propõe uma reflexão autobiográfica sobre as múltiplas formas de ser indígena em contexto urbano. A partir da experiência pessoal do autor, são discutidas as tensões vividas por sujeitos indígenas fora da aldeia, marcadas por deslocamentos territoriais, apagamentos simbólicos e disputas por reconhecimento. O texto analisa como a escola, a universidade, a linguagem e os discursos hegemônicos constroem silenciamentos e impõem moldes rígidos de pertencimento. Em contraponto, destaca-se a cidade como lugar possível de retomada, onde se reinscrevem práticas de ancestralidade e resistência. A escrita emerge, nesse processo, como instrumento de afirmação, memória e reconstrução identitária frente à colonialidade.

Palavras-Chave: indígenas em contexto urbano; identidade; pertencimento; colonialidade; memória; reexistência.

Abstract: this article offers an autobiographical reflection on the multiple ways of being Indigenous in urban contexts. Based on the author's personal experience, it explores the tensions experienced by Indigenous subjects living outside the village, marked by territorial displacement, symbolic erasure, and struggles for recognition. The text analyzes how schools, universities, language, and hegemonic discourses produce silencing and impose rigid models of belonging. In contrast, the city is approached as a possible place of reclaiming, where practices of ancestry and resistance are reinscribed. Writing, in this process, emerges as a tool for affirmation, memory, and identity reconstruction in the face of coloniality.

Keywords: urban Indigenous peoples; identity; belonging; coloniality; memory; re-existence.

¹ Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

2 INTRODUÇÃO

[...] a escrita sincera, aquela permeada de si, reflete quem se é, e aquilo que nós somos é mutável (Carine, Bárbara).

A presença indígena nas cidades brasileiras é histórica, mas frequentemente invisibilizada pelas estruturas coloniais que associam a identidade indígena exclusivamente à vida na aldeia. Esse imaginário, profundamente enraizado, nega a legitimidade dos indígenas que vivem, trabalham, estudam e resistem nos contextos urbanos. Ser indígena fora da aldeia é habitar um “entre-lugar” marcado por deslocamentos, conflitos internos e construção de estratégias de reconstrução identitária.

Nascido em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, sou filho de um pai indígena Terena e de uma mãe negra. Cresci criado fora do perímetro da aldeia, inserido em um ambiente urbano que silenciava de maneira velada qualquer tentativa de afirmação indígena. As estruturas escolares, sociais e culturais às quais fui exposto reforçavam uma lógica colonial que invisibilizava minha origem. Minha língua materna é o português, como também é a dos meus pais; apenas minha avó falava a língua Terena. Com o tempo e o aguçar da minha percepção para a minha identidade, reforçada inclusive nas diferenças culturais e fenotípicas cada vez mais evidentes entre mim e meus colegas, a ausência da língua ancestral em casa também refletia o processo de apagamento cultural vivido por muitas famílias indígenas em contexto urbano. Mais tarde, por interesse pessoal, me dediquei ao aprendizado do inglês, uma escolha individual que, no entanto, também me fez refletir sobre os contrastes e tensões entre os idiomas que aprendemos por escolhas pessoais e os que nos são tirados por imposição histórica.

Foi apenas na universidade, durante o curso de Pedagogia, que iniciei um processo consciente de retomada e afirmação da minha identidade indígena. O reencontro com amigos da aldeia e a participação nos movimentos estudantis e indígenas abriram espaço para que eu pudesse reconhecer, reivindicar e reconstruir meu pertencimento. Descobri que ser indígena fora da aldeia não significa não ser indígena. Pelo contrário, significa afirmar a existência indígena em espaços onde ela foi historicamente negada.

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre as múltiplas formas de identidades indígenas, com ênfase na experiência de um sujeito indígena em contexto

urbano e em trânsito. A partir de uma perspectiva autobiográfica, analiso como a colonialidade do “ser” opera sobre os corpos e subjetividades indígenas que vivem fisicamente fora da aldeia, e como a resistência se dá por meio da linguagem, da educação e da reexistência cotidiana.

2 INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO: RUPTURAS E CONTINUIDADES

Ser indígena na cidade é habitar uma condição de fronteira. Não se trata apenas de deslocamento físico em relação à aldeia, mas de uma tensão constante entre visibilidade e apagamento, pertença e exclusão. A língua que aprendi a falar foi o português, como meus pais também. A língua Terena, falada por minha avó, não foi transmitida, não por falta de afeto ou desejo, mas porque as estruturas históricas de opressão nos ensinaram que certas línguas não deveriam ser faladas, certos corpos não deveriam ser vistos. Na escola, na cidade, na universidade, aprendi que minha identidade era algo a ser explicado, justificado. Sempre que afirmava ser indígena, percebia olhares de estranhamento, perguntas implícitas e explícitas, tentativas de me enquadrar em uma imagem idealizada e profundamente colonizada do que seria um “verdadeiro indígena”.

Essa imagem exige territorialização, indumentária, língua originária, práticas tradicionais visíveis. Fora disso, a identidade é colocada em suspeição.

O termo “desaldeado” aparece, então, como um marcador de perda, como se a distância da terra implicasse automaticamente o fim da identidade. Mas essa concepção revela a insistência colonial em controlar até mesmo as formas de ser e resistir. A cidade, contudo, pode ser um lugar de retomada. A cidade também é lugar para indígenas viverem. Não como exceção, nem como deslocamento, mas como direito. Muitos de nós não escolhemos sair da aldeia, fomos expulsos por uma história de violências: guerras, invasões, frentes de colonização, políticas de assimilação forçada, barragens, agronegócio, avanço das cidades sobre os territórios. Para muitos povos, a aldeia foi queimada, cercada, removida. A cidade, então, não é só fuga: é também consequência.

Além disso, há indígenas que nasceram nas cidades, cresceram nela, mas não deixaram por isso de carregar sua história. A urbanização não nos desindigeniza. O pertencimento não se dissolve, a ancestralidade não se rompe com a ausência física da aldeia, ela se reescreve nos modos de existir, nos vínculos afetivos, nas

práticas cotidianas que carregam marcas da memória coletiva. Ao longo do meu percurso acadêmico, já ouvi que escrevo “como branco”. Essa crítica, que pode parecer inofensiva para o olhar de não indígenas carrega um questionamento mais profundo: o que é, afinal, uma escrita indígena? Em que medida o formato acadêmico vigente permite a presença de outras vozes, outros modos de narrar, outras formas de produzir conhecimento? É possível escrever com rigor e, ainda assim, com memória e afeto? Essas são perguntas que este artigo também pretende levantar não como retórica vazia, mas como provocação política. Porque, para mim, escrever não é só comunicar. Escrever é afirmar a existência. É romper silêncios impostos. É inscrever a própria voz onde historicamente fomos calados.

Houve um momento, durante o mestrado, em que me perguntaram o que era ser indígena urbano. A pergunta me atravessou de tal maneira que, embora eu tenha respondido, senti que qualquer explicação pareceria incompleta. Como explicar uma existência que escapa às definições prontas? Como nomear aquilo que é vivido na complexidade das relações, dos afetos, das ausências? Hoje, talvez eu dissesse que ser indígena em contexto urbano é morar perto das tias, ser cuidado por várias mulheres da família, crescer de casa em casa como se a aldeia tivesse se desdobrado em ruas, muros e quintais da cidade. É, mais do que um lugar geográfico, um modo de ser em conjunto. Já me perguntaram: “mas você é filho de quem?”, como se meu pertencimento precisasse ser validado por um sobrenome conhecido. Outras vezes: “mas você não é parente de fulano?” como se ser indígena fosse um parentesco literal, limitado, e não uma herança coletiva, histórica e vivida. Em algumas ocasiões, ao dizer que sou indígena, recebi olhares de desconfiança. Mas, se eu optava por não dizer, vinha outro tipo de julgamento: “ué, mas você não é indígena?”. Essa ambiguidade revela muito. Às vezes querem que a gente pertença. Às vezes querem que a gente desapareça. Parece que a identidade indígena só serve quando convém a quem olha de fora. Mas a verdade é que, mesmo sem resposta definitiva, eu existo. E a minha existência, como a de tantos outros parentes na cidade, é resistência.

3 A ESCOLA QUE NÃO ME NEGOU, MAS TAMBÉM NÃO ME VIU

Na escola, não me perguntaram se eu era indígena. Não me disseram que não podia ser. Também não me disseram que podia. Nenhum professor me

ofendeu, mas também ninguém me chamou pra dentro. A escola não me marcou com preconceito direto, mas me atravessou com um outro tipo de violência: o silêncio. Como se ser indígena não fosse sequer uma possibilidade naquele espaço. Durante a infância e a adolescência, minha identidade indígena não estava em disputa. Ela estava adormecida, ou talvez apenas suspensa, como algo que ainda não tinha nome, mas existia. Fui um bom aluno, fiz os trabalhos, estudei o que me pediam. Mas não me vi em nenhum livro, em nenhum conteúdo, em nenhum exemplo. Não era uma questão de orgulho ou vergonha. Era uma questão de não saber que aquilo que eu era também podia ser nomeado, vivido, afirmado.

Na escola, os indígenas apareciam como personagens distantes, quase como se fossem figuras de um outro tempo. A imagem que nos ensinavam era de um “índio genérico”: homem de tanga, mulher de saia de palha, ambos batendo na boca com a mão em sinal de “festa”, como nas peças de teatro infantis. Cocar com papel colorido, pintar o rosto com tinta guache no Dia do Índio, assistir àquelas mesmas apresentações ano após ano. Ninguém nos dizia que havia diferentes povos, línguas, territórios, histórias, muito menos que havia indígenas na sala ao lado, na mesma rua, no bairro vizinho.

O indígena como objeto de celebração esvaziada, não como sujeito de direitos e história viva. Os trabalhos escolares, em vez de criar aproximação, reforçavam a distância. Parecia que o indígena existia apenas em um tempo mítico, no passado da colonização, ou como uma exceção preservada na “mata”. Não havia lugar para o indígena do presente e menos ainda para o indígena urbano.

Isso se tornava ainda mais grave porque tudo isso acontecia em Aquidauana, uma das cidades com maior população indígena do Mato Grosso do Sul. O estado abriga cerca de 80 mil indígenas, de várias etnias, e Aquidauana é o quinto município com maior número de indígenas. Ainda assim, nossa presença era silenciada nas escolas. Não por ausência, mas por escolha institucional. Como criar tantas representações irreais do ser indígena tendo tantos de nós em sala? Como insistir numa imagem folclórica, sabendo que a cidade é atravessada por presenças indígenas todos os dias?

Hoje, olhando para trás, vejo que a escola não apenas me apagou, ela me ensinou a duvidar de mim mesmo. Me ensinou que o indígena era o outro. E, por isso, por muito tempo, eu também acreditei que não era.

Foi só na universidade que essa pergunta veio com força: quem sou eu? E mais, por que nunca me perguntaram isso antes? A faculdade não só despertou essa pergunta, como me confrontou com a ausência dela durante toda a trajetória anterior.

Nessa redescoberta, percebi que até mesmo o meu nome carregava camadas de silenciamento. Meu sobrenome não é indígena. Meu avô inventou o nome "Gonçalo" ao registrar seus filhos. O sobrenome da minha avó, que carrega a ancestralidade Terena, não chegou até mim. O nome "Samuel", ligado a pessoas importantes da Aldeia Água Branca, ficou como história contada. Meu bisavô foi um dos fundadores da aldeia ao qual pertencço. E, no entanto, isso não aparece nos documentos, nem na escola, nem na cidade. Parece que tudo isso só existe se for dito. E mesmo quando é dito, ainda assim, precisa ser aceito.

A graduação intensificou essa busca. Descobri que ser indígena em contexto urbano muitas vezes escapa às categorias que nos oferecem. Não se trata de sobrenome, cocar ou terra demarcada. Trata-se de memória, de cuidado coletivo, de organização familiar, de escuta. A universidade me mostrou que meu jeito de existir também é válido, mesmo que precise ser afirmado o tempo todo.

Comecei a perceber que, mesmo quando dizemos que somos indígenas, nem sempre acreditam. Às vezes com palavras, às vezes com o olhar. Como se a nossa existência só fosse possível quando o outro consente. Como se fosse preciso caber numa imagem que não construímos. Essa cobrança me atravessou, me fez duvidar, me fez silenciar. Mas também me levou de volta à escuta: da minha avó, da minha aldeia, da minha família. Descobri que a ancestralidade mora no modo de viver, de cuidar, de transmitir o que é nosso. Mesmo sem nome, sem registro, sem certeza.

Foi meu primo, formado em Geografia, quem me disse: "Escreve sobre isso. Vai por esse caminho. Você vai se descobrir". Ele havia escrito sobre a nossa aldeia e descobriu coisas que nem a família sabia. Uma delas: nosso bisavô fundou a Aldeia Água Branca. Aquilo me atravessou. Não como tarefa, mas como autorização. Como um gesto de retomada. Pouco tempo depois, ele faleceu. Mas carrego suas palavras. Porque entendi que escrever não é um ato isolado. É coletivo. Cada linha é também um caminho de volta.

4 ESCREVER COMO FORMA DE EXISTIR: A PALAVRA COMO RETOMADA

Escrever, para mim, nunca foi apenas um exercício acadêmico. Aprendi a escrever como quem aprende a escutar. Primeiro em silêncio, observando, tentando entender o que se espera de uma boa redação, de um bom argumento, de um texto que se encaixa. Depois, fui descobrindo que nem sempre era possível dizer tudo da forma como pediam. Porque às vezes o que temos a dizer não cabe no molde.

No início do mestrado, tudo parecia escrito em outra língua. Os textos exigiam mais do que leitura: exigiam tradução. Havia palavras que eu nunca tinha ouvido, conceitos que me escapavam, teorias que não conversavam com o que eu sentia. Bhabha, por exemplo, foi um desses autores difíceis de alcançar. Parecia distante, complexo demais, como se não fosse feito para mim. Mas continuei lendo, insistindo, buscando entre as linhas algo que fizesse sentido. E, aos poucos, comecei a me encontrar nos entre-lugares que ele descrevia. Eu era muitos desses espaços ao mesmo tempo: negro, indígena, pantaneiro, brasileiro, sul-americano. Não cabia numa identidade única, nem queria caber. Eu era feito de travessias, de fronteiras misturadas, de pertencimentos móveis. E foi nesse reconhecimento que o texto deixou de ser só uma teoria e passou a ser também espelho. A palavra começou a me alcançar. E eu também comecei a alcançar a palavra. Percebi, então, que escrever podia ser mais do que obedecer às normas. Podia ser um modo de retomar o que foi silenciado. Um gesto de escuta aos que vieram antes. Uma forma de dizer que minha história também importa, mesmo que não tenha sido registrada nos livros oficiais.

Quando escrevo sobre minha avó, sobre meu primo, sobre meu bisavô, não estou apenas relatando fatos. Estou inscrevendo presenças que a cidade, a escola e os documentos tentaram apagar. Estou dizendo que a história da minha família também é conhecimento. Que a ausência no papel não apaga a força da memória. Talvez por isso tenham me dito que escrevo “como branco”. Porque esperavam outra coisa de mim. Uma fala mais encaixada na expectativa de exotismo. Uma escrita que confirmasse o estereótipo do indígena distante, diferente, folclórico. Mas minha escrita não performa uma imagem. Ela sustenta uma presença. E essa presença é mistura, é trânsito, é múltipla. Escrevo como sou: atravessado por fronteiras que não me dividem, mas me compõem. Mas o que escrevo é o que

sou: um indígena vivo em contexto urbano, mas, em trânsito, em retomada. Um corpo que pensa, sente, se desloca, e escreve. E isso, por si só, já é ruptura.

5 NEM PONTO FINAL, NEM RESPOSTA

Ser indígena fora da aldeia é, antes de tudo, afirmar uma existência que resiste aos enquadramentos. Ao longo deste texto, percorri memórias, silêncios e retomadas que marcaram meu caminho como sujeito indígena em contexto urbano. Não parto de uma aldeia no sentido físico, mas carrego marcas de um território que vive em mim nas histórias que me foram contadas, nas ausências que aprendi a escutar, nos afetos que organizam minha maneira de existir no mundo.

A cidade não apagou minha identidade, embora tenha tentado. A escola não me negou diretamente, mas me silenciou com a ausência. A universidade me confrontou com o não-dito, mas também abriu espaço para que eu pudesse escrever a partir de mim e não apenas sobre mim.

Este texto não busca oferecer respostas definitivas sobre o que é ser indígena em contexto urbano, pelo contrário, ele se permite habitar o entre-lugar da pergunta, da dúvida, da travessia. Porque a identidade não é um ponto fixo: é processo, é relação, é caminho. A escrita, para mim, é uma forma de atravessar essas paisagens. Não como quem fecha um ciclo, mas como quem costura o que parecia desconexo. Escrever é devolver sentido aos vazios, aproximar o que foi fragmentado, manter de pé aquilo que insistiram em deixar à margem. Se me perguntarem de novo o que é ser indígena urbano, talvez eu ainda não saiba responder em uma frase. Mas saberei dizer: sou feito de fronteiras. E cada vez que escrevo, essas fronteiras se movem comigo.

Sobre o autor:

Lúis Felipe Cristaldo Gonçalves: Doutorando em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em Educação pela UCDB. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Docente e coordenador pedagógico do Curso Normal Médio Intercultural dos Povos Indígenas. **E-mail:** lipecristaldo@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0008-2120-7576>

Recebido em: 28/10/2025

Aprovado para publicação em: 10/03/2026